

**Nosso deputado**

A Polícia Federal indiciou o deputado federal Gustavo Gayer, do PL aqui de Goiás, em inquérito que apura uma suposta associação criminosa que teria desviado recursos públicos por meio de cota parlamentar. O endereço destinado a um gabinete, em Goiás, seria usado para uma loja e escola de inglês, conforme a PF. A informação foi divulgada ontem, mas o processo está em sigilo. Em vídeo, o parlamentar nega as acusações e afirma que o local deixou de ser uma unidade de educação em 2020, durante a pandemia, migrando para a modalidade online, e só se tornou um escritório político em 2022. Conforme apurado pela mídia nacional, os crimes investigados são associação criminosa, falsidade ideológica, falsificação de documento particular e peculato, que é o desvio de dinheiro ou bens públicos. Gayer disse que a "associação criminosa" tinha como objetivo esconder uma escola de inglês e uma loja online que nunca vendeu "porcaria nenhuma". "Indiciou todo o meu gabinete e até meu filho." Gayer disse ainda que, o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, disse que "eu financiei o 8 de janeiro com cota parlamentar antes de eu ser deputado".

**Pedido**

O ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes anulou ontem, a decisão da Câmara dos Deputados, que na noite anterior negou a cassação da deputada federal Carla Zambelli. Ele decretou a perda imediata do mandato da deputada. Moraes considerou que, segundo previsto pela Constituição Federal, é o Poder Judiciário quem determina a perda do mandato parlamentar condenado criminalmente com trânsito em julgado, "cabendo à Mesa da Câmara dos Deputados, nos termos da Constituição Federal, tão somente declarar a perda do mandato, ou seja, editar ato administrativo vinculado", ressaltou na decisão.

**Não atendido**

A defesa de Jair Bolsonaro pediu ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, que libere a entrada de um médico, com um aparelho de ultrassom portátil para verificar a existência de hérnia inguinal bilateral. A demanda é para que o médico Bruno Luís Barbosa entre nas dependências da Superintendência da Polícia Federal, onde Bolsonaro está preso desde o dia 22 de novembro. O ministro Alexandre de Moraes determinou ontem que Bolsonaro passe por uma perícia médica para avaliação do quadro de saúde. O procedimento, a ser feito por médicos da Polícia Federal, deverá ser realizado no prazo de 15 dias. Na decisão, Moraes relembrou que Bolsonaro está preso na Superintendência da PF desde 22 de novembro e que garantiu a ele "atendimento médico em tempo integral" não havendo relatos de situações de emergência desde então.